



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008547-92.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Sustação de Protesto**
Requerente: **RENATA MARIA ZAGO AFFONSO**
Requerido: **JAKSON ESTEVAM RICCI**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que tomou conhecimento do protesto de um cheque que teria emitido, mas cuja assinatura não reconhece.

A autora em momento algum demonstrou por dados consistentes que a devolução do cheque em apreço sucedeu por divergência na assinatura.

Ao contrário, o documento de fl. 03 nada menciona a esse propósito, enquanto o de fl. 04 faz breve alusão ao termo "assinatura", sem que atinasse especificamente à causa invocada pela autora.

No mais, enquanto a testemunha inquirida durante a instrução – Caroline de Cássia Boriollo – esclareceu ter visto a autora no estabelecimento do réu, emitindo inclusive cheques para pagamento das compras que realizou, ela a fl. 14 asseverou que a emissão do cheque teria ligação com a prática de agiotagem por parte de outra pessoa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Tal argumento não a beneficia, porém, seja porque ausente lastro mínimo que lhe desse amparo, seja porque mesmo que assim fosse o réu se apresentaria então como terceiro de presumida boa-fé, a qual não restou sequer em tese questionada.

Já os documentos amealhados a fls. 26/37 não modificam o panorama traçado.

Como se vê, a autora não refutou propriamente a emissão do cheque trazido à colação, além de não conseguir por elementos idôneos desconstituir os atributos que lhe são inerentes.

Sua pretensão não pode prosperar, em consequência.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fl. 05, oficiando-se.

P.R.I.

São Carlos, 25 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**